

Brasil não abre mão de só pagar aos credores o que pode

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON — Quando o assunto é dívida externa, o economista Pedro Malan adora contar uma piada, coisa que ele faz quase sem conseguir conter o sorriso. “Um inglês, dirigindo na Irlanda, parou para perguntar a um irlandês como ele poderia chegar a Dublin”, começa Malan. “O irlandês virou-se e disse: se eu estivesse indo a Dublin, eu não começaria a andar deste ponto.” A piada não tem a mínima graça mas, no caso, o que importa não são os risos, mas sua moral.

Ela serve para ilustrar a atitude com que Malan, sob instrução direta de seu chefe, o ministro Marcílio Marques Moreira, pretende lidar com a questão da dívida externa. “Nós não vamos esquecer como chegamos onde estamos, mas não vamos perder tempo discutindo se é aqui que deveríamos estar”, diz o economista. Em outras palavras, Marcílio e Malan não pretendem lutar contra o passado. Mas não vão deixar de incorporá-lo em suas negociações com os credores privados.

Principalmente o passado mais recente, da experiência da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello e seu negociador, o embaixador Jório Dauster. Deles, os novos condutores do front externo da economia brasileira pretendem manter acesa uma tese que provocou enorme polêmica nos círculos financeiros internacionais no ano passado: a de que o Brasil quer um acordo com os bancos que ele possa cumprir, o que portanto remete à tese de que o país tem limites na sua capacidade de pagamentos.

Malan — “Malan não, o ministro Marcílio. Sigo a orientação dele”, insiste sempre o economista — quer, de todo modo, dar um caráter mais pragmático a este conceito. “Que, no fim das contas, é um velho problema reconhecido pelos economistas desde a década de 20, quando se começou a estudar a capacidade da Alemanha de pagar reparações de guerra”, lembra ele.

Restrição — “Isto é uma coisa que fica da equipe anterior. O reconhecimento de que o pagamento da dívida não é um problema meramente de superávit comercial, mas de superávit fiscal”, afirma Malan. “O Edmar Bacha (economista da PUC-RJ) cunhou uma excelente frase que define a necessidade deste tipo de postura: ele diz que a capacidade do país (leia-se setor priva-

Christina Bocayuva — 5/1/89



Malan: experiência de 4 anos de trabalho ajuda a negociar

do) de gerar um superávit comercial superestima a capacidade do país (leia-se setor público) de gerar um superávit fiscal para fazer face às obrigações da dívida externa. Ninguém pode se esquecer desta restrição no caso da negociação da dívida brasileira.”

O novo negociador brasileiro insiste, porém, que quer utilizar esta idéia em suas conversas com os bancos, depurando o significado de confrontação que ela vinha assumindo. “Na renegociação da dívida da Costa Rica, este tipo de constrangimento acabou sendo reconhecido, inclusive pelas instituições multilaterais”, lembra. “Eu não quero lutar para definir um número exato do que podemos ou não pagar, mas definir acima de tudo um espectro de possibilidades, a partir do qual possamos discutir com os banqueiros.”

Malan, elegante, se recusa a fazer qualquer crítica à antiga equipe econômica brasileira neste sentido. Mas pessoas próximas a ele afirmam que o economista não pretende repetir o que enxerga como um deslize do governo anterior. Zélia mandou Dauster sentar-se à mesa com os bancos tendo nas mãos números de pagamento não apenas já definidos, mas projetados para prazo muito longo, algo que praticamente limitava a margem de manobra dos banqueiros numa discussão.

Um funcionário de instituição financeira baseado na capital americana, e que há muito acompanha as agruras do Brasil na área da dívida externa, garante que Marcílio e sua equipe estão co-

meçando a definir um curso de ação que vai buscar, ao mesmo tempo, retirar desta tese o seu ar de confrontação, mas dar-lhe uma escore política mais firme. “No princípio, a idéia era a de tentar definir estes números junto com os técnicos do Fundo e do Banco Mundial, para dar a eles uma base institucional”, conta.

Discordâncias — Mas Dauster lembrou ao ministro Marcílio e a Malan que isto pode funcionar como uma faca de dois gumes, revela este funcionário. De fato, se começarem discordâncias entre técnicos do Fundo e o governo brasileiro, isto em geral acaba vazando para os banqueiros e tumultuando as negociações. “Portanto, eu acredito que o Malan vai tentar chegar a uma convergência informal sobre os números da economia brasileira com o pessoal do Fundo Monetário”, diz.

O novo negociador está numa posição privilegiada para executar este plano. Depois de quatro anos de trabalho em instituições multilaterais, primeiro como diretor do Banco Mundial e desde o ano passado como diretor do BID, Malan conhece como ninguém os labirintos das instituições multilaterais e sabe qual a melhor maneira de tentar fazê-las trabalhar a seu favor. Instado a falar sobre isso, o economista evita qualquer comentário. Insiste apenas em dizer que o limite da capacidade de pagamento não vai se centrar sobre números específicos e tampouco englobar projeções de muito longo prazo.